



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Despacho nº 12196568/2022-DILIC

Processo nº 48610.213040/2019-86

Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

À/Ao GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO IBAMA

Assunto: Encaminha manifestações técnicas. Apresenta entendimento sobre a oferta de blocos, considerando a solicitação de manifestação da ANP.

Senhor Presidente,

1. Submeto à consideração de Vossa Senhoria a Informação Técnica 5 (SEI nº 11928129) e o Despacho CGMAC (11957690), que apresentam análise ambiental prévia para os blocos propostos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a serem possivelmente ofertados na 18ª Rodada de Licitações. A solicitação de manifestação foi remetida da ANP para o Ibama e MMA por meio do Ofício Nº 205/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (11650235). A Informação Técnica 5 (11928129) registra que o Ofício Nº 205/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (11650235) abrange o total de 199 blocos localizados na Bacia de Pelotas e divididos nos setores: SP-AR2 (84 blocos); SP-AR3 (60 blocos); SP-AP2 (17 blocos); SP-AUP2 (35 blocos); e SP-AUP7 (3 blocos).

2. Indico que, após elaborada a citada informação técnica e supramencionado despacho, a ANP apresentou pedido complementar de manifestação para blocos previstos para serem leiloados na bacia do Ceará, conforme Ofício Nº 14/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (11978454). Neste sentido, registro que a nova solicitação de manifestação foi encaminhada a COPROD para manifestação técnica complementar, abrangida na Informação Técnica 2 (12167262), avaliada pela CGMAC pelo Despacho CGMAC (12167784), e incorporada a análise desta Diretoria abaixo apresentada.

3. Para os blocos destacados pela ANP por meio do Ofício Nº 205/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (11650235), avaliados pela Informação Técnica 5 (SEI nº 11928129), evidencio que o Despacho CGMAC (11957690) consolida e resume o descrito na Informação Técnica 5 (SEI nº 11928129). O Despacho CGMAC (11957690) indica que:

- não foram observadas objeções à oferta dos blocos propostos para os setores SP-AUP2 e SP-AUP7;
- sugeriu-se a exclusão dos blocos dos setores SP-AR2 e SP-AR3; e
- para a oferta dos blocos localizados no setor SP-AP2 apresentou-se o entendimento técnico, por sugerir que seja efetivada a realização de avaliação prévia estruturada de caráter estratégico para subsidiar a oferta de blocos na região.

4. O referido despacho destaca que as recomendações apresentadas são aderentes às manifestações técnicas anteriores, e está sendo trabalhado o aprimoramento das estratégias de oferta de áreas, conforme processo 02027.100003/2017-26.

5. A Informação Técnica 5 (11928129) salienta a relevância biológica e complexidade oceanográfica da região da bacia de Pelotas, sendo local de reprodução e alimentação de diversas espécies de peixes pelágicos e demersais. Além disso, ressalta a relevância da região da bacia como rota migratória de espécies ameaçadas e protegidas, citando as principais espécies presentes na bacia. Cita a 2ª Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente. Neste sentido, apresenta uma segunda figura (mapa) onde é distinguida a classificação do MMA (2018) no que tange a classificação das áreas prioritárias para a conservação da zona costeira e marinha da região. Assim, observa-se que os blocos dos setores SP-AR2 e SP-AR3 são propostos para área classificada como de importância biológica "Extremamente Alta". Os blocos do setor SP-AP2 localizam-se em área classificada como de importância biológica "Muito Alta". Já os blocos dos setores SP-AUP2 e SP-AUP7 na zona classificada como de "Alta" importância biológica. No que se refere à prioridade de ação, os blocos propostos para as áreas SP-AR2 e SP-AR3 e parte significativa dos Blocos do setor SP-AP2 foram classificados como "Prioridade de Ação - Extremamente alta". Parte significativa dos blocos dos Setores SP-AUP2 e SP-AUP7 foram classificados pelo MMA (2018) como de "Alta a Muita Alta" prioridade de ação.

6. A Informação Técnica 5 (11928129) evidencia que a análise de blocos na região já havia sido realizada em duas oportunidades anteriores. Essas análises foram anteriormente consolidadas por meio das Informações Técnicas nº 15/2019-COPROD/CGMAC/DILIC (SEI 5483809) e nº 2/2019-CGMAC/DILIC (SEI 6571848).

7. Pelo exposto, e considerando o descrito na Informação Técnica 5 (SEI nº 11928129), concordo com a não objeção quanto à oferta de blocos propostos para os setores SP-AUP2 e SP-AUP7. Destaca-se que os dois setores contemplam 38 (trinta e oito) blocos na bacia de Pelotas, cujas distâncias da costa são superiores a 50 km e em profundidades maiores do que 200 m, conforme pode-se verificar a partir da leitura do primeiro mapa apresentado na Informação Técnica 5 (11928129).

8. Quanto a sugestão de exclusão dos blocos dos setores SP-AR2 e SP-AR3, concordo com o posicionamento técnico, relevando, em especial, a importância biológica da área abrangida nesses setores. Isso não significa que os blocos referidos aos dois setores não possam ser contemplados na oferta de blocos, considerando que a decisão final pela oferta desses dois setores compete aos entes legitimados para tanto. A sugestão de exclusão observa outros fatores destacados em manifestações anteriores, tais como: a presença de montes cuja batimetria pode chegar a apenas 20m. Esse entendimento havia sido adotado por esta Diretoria em manifestação anterior, conforme registrado no Despacho nº 7769898/2020-DILIC, que avaliou blocos nos mesmos setores.

9. Em relação ao indicativo de não inclusão de blocos para o setor SP-AP2 proposto pela equipe técnica, considerando a sugestão de se efetivar a realização de avaliação prévia estruturada de caráter estratégico para subsidiar a oferta de blocos no referido setor, lembro do julgamento em sede da ADPF 887 MC/DF, que na mesma senda desta Diretoria, entendeu por explicitar, que a "AAAS não tem o condão de atestar a viabilidade ambiental de certo empreendimento. Essa é tarefa para o procedimento de licenciamento ambiental, (...)", conforme bem explanado pelo Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal Nunes Marques. Neste sentido, e considerando os elementos apresentados na Informação Técnica 5 (SEI nº 11928129) e em manifestações anteriores desta Diretoria, avalio como possível incluir os blocos do setor SP-AP2, considerando os critérios técnicos adotados em manifestações deste Instituto (distância da costa > 50 km e profundidade superior a 50 m), com os devidos recortes nas áreas dos blocos cuja importância biológica é indicada como "Extremamente Alta". Assim, sugere-se a manutenção dos 17 blocos do setor SP-AP2, com o recorte parcial daqueles que incidem nas Áreas Prioritárias para a Conservação cuja importância biológica é indicada como "Extremamente Alta".

10. A Informação Técnica 2 (12167262), por sua vez, registra que o Ofício Nº 205/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (11650235) abrange o total de 28 blocos localizados na Bacia Ceará e divididos nos seguintes setores: SCE-AP1 (11 blocos); SCE-AP2 (9 blocos) e SCE-AP3 (8 blocos). A informação releva que

os blocos CE-M-537, CE-M-539, CE-M-607, CE-M-609 e CE-M-665 já haviam sido avaliados pelo PARECER TÉCNICO GTPEG nº 01/09.

11. A Informação Técnica 2 (12167262) apresenta um conjunto de recomendações as quais sugiro sejam incorporados a manifestação conjunta, em especial: a necessidade de ajustes dos limites dos blocos CE-M-517, CE-M-519, CE-M-521 e CE-M-525, para exclusão de regiões com lâmina d'água inferior a 50m; o indicativo de que para os blocos CE-M-607 e CE-M-543 encontram-se em área sobreposta a monte submarino, sendo relevante destacar que as possíveis perfurações a serem realizadas ocorram em profundidades superiores a 500 m (ou não inferiores a 500m).

12. Para os demais blocos propostos na bacia do Ceará não são indicadas objeções. Por fim, a Informação Técnica 2 (12167262) apresenta um conjunto de recomendações em relação à sensibilidade das áreas, os possíveis impactos sobre a pesca, que precisarão ser mitigados, além dos cenários de probabilidade de toque na costa como pontos de atenção, o qual também sugiro que seja incluído na manifestação conjunta MMA-MME.

13. São essas as considerações entendidas como pertinentes, as quais submeto à consideração de Vossa Senhoria.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)
JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE
Diretor



Documento assinado eletronicamente por **JONATAS SOUZA DA TRINDADE, Diretor**, em 17/05/2022, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **12196568** e o código CRC **0AED058A**.